

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V.15-23, JANEIRO/DEZEMBRO 1994

Associação dos Arquivistas Brasileiros
AAB
Diretoria 1993-1995

Presidente

Lia Temporal Malcher

Vice-presidente

Eliana Resende Furtado de Mendonça

1ª Secretária

Laura Regina Xavier

2ª Secretária

Rosely Curi Rondinelli

1º Tesoureiro

Sérgio Duayer Hosken

2º Tesoureiro

Ercília Lúcia Medeiros Kropf

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos

Helena Corrêa Machado (Presidente)

Adelina Maria Alves Novaes e Cruz

Daniela Francescutti Martins

Jerusa Gonçalves de Araújo

Maria Amélia Gomes Leite

Maria de Lourdes Costa e Souza

Marilena Leite Paes

Regina Alves Vieira

Suplentes

Celia Maria Leite Costa

Eliana Balbina F. Sales

Luis Cleber Gac

Maria Hilda Pinto de Araújo

Mariza Bottino

Vitor Manuel Marques da Fonseca

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Elizabeth Cristina de Carvalho

Ila de Souza S. Martins

Marilúcia Ribeiro Pinheiro

Suplentes

José Lázaro de Souza Rosa

Maria Luiza Ferreira Lodi

CONSELHO EDITORIAL

Adelina Maria Alves Novaes e Cruz

Ana Maria Camargo

Arno Wehling

Clarice Muhlethaler de Souza

Helena Corrêa Machado

José Lázaro de Souza Rosa

Luiz Fernando Cysneiros

Marcus Venício Toledo Ribeiro

Maria Amélia Gomes Leite

Maria Odila Kahl Fonseca

Marilena Leite Paes

Rosely Curi Rondinelli

EDIÇÃO E IMPRESSÃO

GRAFSOFT Projetos Gráficos e Editoriais Ltda.

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros.

- Ano 1, n. 0 (1972) - . -

Rio de Janeiro : AAB, 1972 -

v. : 23cm

Anual

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros

1. Arquivos - Periódicos. 2. Administração - Periódicos.

I. Associação dos Arquivistas Brasileiros

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

Arq.&Adm.

Rio de Janeiro

v.15-23

p.1-67

1994

Editorial

Com este número (v. 15-23, 1994) dá-se a retomada da revista *Arquivo & Administração*, órgão oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) que, por motivos de ordem financeira, teve sua publicação suspensa desde 1986, com grande prejuízo para a demanda de informação especializada por parte da comunidade arquivística.

Graças ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa de Apoio a Publicações Científicas, a AAB lança o presente número, atendendo às expectativas dos profissionais da área de informação.

No desenvolvimento de suas metas de ação, a Associação dos Arquivistas Brasileiros encontra-se voltada para o fortalecimento de seu programa de publicações, com o intuito de solidificar os canais de comunicação, não somente com seus associados mas também com instituições e entidades públicas e privadas, em nível nacional e internacional. *O Boletim*, publicação trimestral, tem conseguido manter sua periodicidade desde o segundo trimestre de 1993, contribuindo para a disseminação de informação entre os profissionais de arquivo e de outras áreas afins.

Além de artigos apresentados por colegas brasileiros, o Conselho Editorial achou por bem incluir neste número traduções de artigos elaborados por colegas de outros países e apresentados no XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Montreal, Canadá, em setembro de 1992, já que a bibliografia existente em língua portuguesa na área arquivística é ainda muito escassa.

Trabalhos e estudos realizados por profissionais das áreas da Arquivologia e ciências afins serão bem-vindos e submetidos ao Conselho Editorial, para análise e posterior publicação, obedecendo os parâmetros da linha editorial estabelecida pela AAB.

E assim, passo a passo, realizando cursos, seminários e congressos, editando o *Boletim* e a revista *Arquivo & Administração*, bem como outras publicações, coordenando as atividades do Fórum dos Arquivistas Lusófonos, no período de 1992-96, acompanhando os estudos e atividades do Comitê de Paleografia e Diplomática e do Comitê de Micrografia e Tecnologias Emergentes, a AAB vem cumprindo seus objetivos, voltados para um futuro alicerçado na superação dos desafios do presente.

Lia Temporal Malcher

Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros

Presidente do Fórum dos Arquivistas Lusófonos

por um número incomensuravelmente maior de consulentes.

Dentro dos parâmetros colocados pelos que defendem tais posições, a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo não determina a maneira como deve ser tratado; é possível, por exemplo, estabelecer analogias entre a documentação informática e a documentação textual, atribuindo a ambas a condição de conjuntos orgânicos. A antevisão de uma administração sem papéis, contestada aliás pelo arquivista norte-americano Charles M. Dollar,¹⁸ não tem necessariamente o significado de uma administração sem arquivos.

Interessantes os caminhos encontrados por uma disciplina baseada em princípios (e não em regras) para atestar o seu rigor. Entre o sentido e o metro cúbico, entre a informação e as séries documentais consideradas como conjuntos, entre o único e o repetitivo, é inegável que está em jogo o próprio estatuto científico da arquivística.

O ARQUIVO NACIONAL E OS 500 ANOS DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES:

Claudia Beatriz Heyneman
Historiadora do Setor de Pesquisa do
Arquivo Nacional, Mestre em História
Social da Cultura - PUC/RJ
Oswaldo Munteal Filho
Historiador do Setor de Pesquisa do
Arquivo Nacional, Doutorando em
História Social - UFRJ

Resumo

O artigo propõe-se discutir a inclusão do Arquivo Nacional nos eventos comemorativos dos 500 anos dos descobrimentos portugueses que estão sendo realizados em diversos países de língua portuguesa. Relata-se a experiência acumulada pelo setor de Pesquisa do Arquivo Nacional em levantamento de fontes, exposições e publicações relacionadas ao assunto. Apresenta-se um projeto de levantamento de fontes para a história dos descobrimentos e, finalmente expõe-se e analisa-se a primeira iniciativa do Arquivo Nacional relacionada ao tema, ou seja, a exposição intitulada *Tordesilhas e os limites do Novo Mundo*, realizada em junho de 1994.

Abstract

This article proposes to discuss the inclusion of Arquivo Nacional (The National Archive) in the events celebrating the five-hundred-year anniversary of the Portuguese discoveries, which event has already been instituted in the other Portuguese language countries. To this end, the experience accrued by the Research Sector in the survey of sources, exhibitions and publications related to the subject has been retrieved. Following this, a project for a schedule of sources for the history of the discoveries has been presented, and finally, a description and analysis of the National Archive's first initiative recording that event, namely the exhibition entitled *Tordesilhas and the New World limits*, held in June 1994.

I- O acervo do Arquivo Nacional e a descoberta do Novo Mundo

As comemorações dos 500 anos dos descobrimentos portugueses

¹⁸ Dollar, Charles M. *The impact of information technologies on archival principles and practices: some considerations*. Washington (DC), National Archives and Records Administration, 1990. passim.

conduziram-nos a reflexões que se situam em dois planos, na verdade pouco distintos entre si: por um lado, pensamos na contribuição que o Arquivo Nacional tem a dar nesse processo, já instaurado entre os diversos países de língua portuguesa; e por outro lado, deparamo-nos com o sentido mesmo da idéia de “descobrimientos”.

Inicialmente cabe recuperar um pouco da experiência acumulada pelo Setor de Pesquisa do Arquivo Nacional, sobretudo a partir de 1989. Referimo-nos especialmente às exposições *Natureza, razão e liberdade*, visões do paraíso e Tordesilhas e os limites do Novo Mundo, ao levantamento de fontes para as comemorações do Descobrimento da América, à edição de *Revolução da América* do abade Raynal¹ e à descrição e análise dos 25 volumes das *Memórias* - Códice 807.

Estas atividades, ainda que Não inscritas na perspectiva das comemorações dos 500 anos dos descobrimientos portugueses, anteciparam para nós algumas questões conceituais que envolvem o encontro entre o Velho e o Novo Mundo e os desdobramentos que dali advêm: o desenvolvimento da ciência, da História Natural, as práticas mercantilistas e a política metropolitana para as colônias, bem como a penetração e releitura das idéias e costumes europeus na América e o redimensionamento do mundo europeu com os descobrimientos.

Assim, a exposição *Natureza, razão e liberdade, Brasil-França - quatro séculos de memória*, realizada em 1989, pautou-se por uma grande abrangência conceitual na definição da relação Brasil-França, objeto da mostra, composta de reproduções fotográficas e de originais. Incluiu-se nesse universo o ambiente científico e cultural europeu e das colônias, os relatos de viajantes e naturalistas franceses desde Jean de Léry, as sociedades científicas e literárias setecentistas como a do Rio de Janeiro, a manifestação e circulação das “abomináveis idéias francesas” presentes nos movimentos de Minas Gerais e Bahia e nas bibliotecas apreendidas.

Tiveram destaque ainda a pirataria, as relações diplomáticas e os conflitos entre o Estado português e a França revolucionária e, certamente, os autos da devassa e demais registros que envolviam os inconfidentes mineiros.

A “descoberta” do Brasil pelos franceses, presente nos relatos dos viajantes, e o gosto pelas “maravilhas” estavam representados ainda na cartografia e na iconografia, como no *Tableau pittoresque des merveilles de la nature* de Perrot, na ilustração da obra de Ferdinand Denis, *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550*, e em mapas da América, onde figuram

os dois hemisférios, entre outros, incorporando as obras geradas pelos artistas da missão francesa que aqui aportaram com a vinda da Corte.

Das pesquisas então efetuadas, e coincidindo com a celebração dos 500 anos da descoberta da América, surgiu a proposta da exposição *Visões do paraíso*, o imaginário europeu nos trópicos, que procurou aprofundar o caminho aberto para a exploração da iconografia existente na coleção de Obras Raras do Arquivo Nacional. Procuramos, os organizadores desta exposição, ressaltar o caráter alegórico das imagens e também pensarmos nos termos de uma visão de mundo produzida historicamente como representação, como algo que Não se desvincula do que seria um registro de uma dada “realidade”.

Pretendemos, assim, captar uma narrativa textual e pictórica, pautada tanto por uma herança medieval do “tenebroso”, do “fantástico”, onde convivem o éden e o inferno, quanto pelo “realismo” luso à época dos descobrimientos, como assinala Sérgio Buarque de Holanda. Em outro momento, sublinhamos as incursões sistematizantes do conhecimento da natureza, através do racionalismo iluminista e da experimentação, presentes na *Encyclopédie*.

Desconsideramos aqui a linha divisória geralmente estabelecida entre uma ciência “séria” e a imaginação, não obstante uma clara demarcação entre os momentos históricos, com as transformações e permanências que se apresentam. De qualquer forma, imprimiram-se nessa exposição a idéia de utopia, da busca de um paraíso terrestre, “cenário de esperança do homem europeu na salvação eterna, que não excluía, pelo contrário, a sua redenção no próprio mundo terreno, pela via do enriquecimento material”.²

Ainda no ano de 1992, dando continuidade aos eventos ligados à descoberta da América, o setor realizou um levantamento de fontes do Arquivo Nacional, que incluía o período colonial, preparando-se para uma discussão sobre os marcos cronológicos, que explicitaremos mais adiante. Elaboramos ainda um índice temático, que contribuiu para o direcionamento da pesquisa. Esse levantamento, em conjunto com os demais empreendidos para as exposições, é um ponto de partida para o projeto dos 500 anos dos descobrimientos portugueses.³

Gostaríamos ainda de nos reportar a dois outros produtos: primeiramente, a descrição analítica do Códice 807, composto de 25 volumes, intitulado *Memórias*. Essa coleção, que compõe artificialmente o códice, compreende uma vasta produção memorialística, destaque para os volumes 24 e 25 com as memórias de Domenico Vandelli, representando

exemplarmente a concepção pragmática dos naturalistas da Academia Real de Ciências de Lisboa. O produto desse trabalho foi a revisão do antigo inventário e da indexação temática, além de um texto ensaístico de análise dessas memórias.

Finalmente, abordamos a publicação da obra Revolução da América, do abade Raynal, em 1993 – primeira edição em língua portuguesa e fruto ainda das pesquisas realizadas para a montagem da exposição *Natureza, razão e liberdade*. A obra é um amplo programa de uma revolução burguesa, uma espécie de “manual do colonizador”, redigido principalmente por Raynal e Diderot. É também um manifesto contra a tirania, o despotismo, os vícios do absolutismo – um manifesto dos grandes temas iluministas: igualdade, ciência, natureza e liberdade, projetados nas colônias e também na colônia portuguesa na América. A conquista do Novo Mundo e o movimento de expansão europeia foram lidos aqui pela via da universalidade da Revolução, no momento da crise do Antigo Regime e do sistema colonial. Essas considerações sobre a obra estão presentes no prefácio que acompanha essa edição, preparado por dois historiadores do Setor de Pesquisas do Arquivo Nacional.

Assim, os trabalhos que descrevemos, além de constituírem um produto em si, formam parte da massa crítica necessária ao estabelecimento da grande linha de pesquisa a ser desenvolvida nos próximos anos – O Brasil nos 500 anos dos descobrimentos portugueses. Não é demais lembrar que adotar uma linha de pesquisa mais definida é também um passo à frente, do ponto de vista institucional, aliando o apoio às demais atividades do Arquivo Nacional a um trabalho de reflexão que igualmente concorre para este fim.

II- O Arquivo Nacional nos 500 anos dos descobrimentos portugueses.

O Arquivo da maior ex-colônia portuguesa na América, durante mais de três séculos, conserva uma extensa documentação sobre a expansão que inclui da expansão marítima e da ação do Estado português na África, Índia e América à expansão colonial. Somam-se ainda o período joanino e toda a estrutura transmigrada para o então Estado do Brasil, bem como registros da história de Portugal através dos arquivos oriundos da metrópole. Compreender que estes fundos e coleções formam um conjunto documental a ser explorado implica discutirmos conceitualmente o sentido primeiro dos descobrimentos, na perspectiva do Estado português, quando este esteve na “vanguarda da expansão marítima que redefiniu a geografia econômica do mundo e marcou

a abertura dos Tempos Modernos”.⁴

Partimos inicialmente da proposta de que os descobrimentos são algo bem mais profundo que uma sucessão cronológica de descobertas e conquistas. É extremamente relevante a definição do historiador Luís Felipe Barreto para o conceito de descobrimentos: “(...) no seu sentido mais global, é a categoria classificadora utilizada pelo conhecimento histórico para designar o conjunto fenomenal humano da expansão planetária da Europa ao longo dos séculos XV e XVI”.⁵

Essa expansão será analisada de forma a transbordar uma periodização excessivamente convencional que levaria à exclusão das idéias e práticas que formaram, por assim dizer, o corolário da política metropolitana para as colônias. Por outro lado, a preservação dos domínios portugueses no Ultramar, mesmo após a perda da hegemonia ibérica, com a emergência de novas potências, indica, além da afirmação de uma política de alianças (neste caso, com a Inglaterra), o deslocamento do eixo da economia imperial, como indica Fernando Novais: “de uma base predominantemente oriental, passa a ser predominantemente atlântico”.⁶

Assim, configuram-se os séculos seguintes até 1808, como parte de um processo que, vinculado à expansão portuguesa, sofre transformações para a manutenção do império luso que intensificam a relação com a colônia na América.

O Estado português foi, dentre os representantes dos interesses das nações europeias modernas, o que mais decisivamente investiu na empresa colonial e mesmo, podemos dizer, no estabelecimento de laços culturais com suas colônias, especialmente o Brasil.

Nesse sentido, uma das perguntas que nos mobilizam nesta reflexão é a forma como se traduzem os valores modernos nas relações Velho/Novo Mundo nos trópicos. A partir da perspectiva da historiografia portuguesa contemporânea, podemos inferir como o processo que eclodiu com os descobrimentos na América portuguesa e na América espanhola como um momento muito mais amplo e complexo, exigindo de historiadores e cientistas sociais um esforço no sentido de decifrar os códigos do “encontro” Velho/Novo Mundo.

Dessa forma, procuramos enfatizar que nos apoiamos num nível mais global, na concepção de que a metrópole e suas colônias integram um “sistema”⁷ do qual fazem parte as demais metrópoles europeias colonialistas e seus domínios no Novo Mundo. Acoplamos a essa perspectiva o sentido

dos descobrimentos como um encontro de duas culturas, o que talvez já configurasse uma ambição portuguesa, em 1540, quando João de Barros afirmou, no *Diálogo em louvor de nossa linguagem*, que “as armas e padrões portugueses, postos em África e em Ásia e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da Terra, materiais são e pode-as o tempo gastar. Però não gastará doutrina, costumes, linguagem que os Portugueses nessas terras deixaram ...”⁸

Ainda que de forma reduzida, essas são as questões básicas que orientaram a formulação do projeto O Arquivo Nacional nos 500 anos dos descobrimentos – roteiro comentado de fontes para a história dos descobrimentos portugueses.

Para a elaboração do roteiro, impõe-se a opção metodológica de delimitarmos as parcelas a serem descritas e analisadas. Certamente a documentação relativa à instalação da estrutura colonial e à especificidade da colônia – que não é meramente um desdobramento da política metropolitana – constitui material de grande interesse. No entanto, julgamos fundamental dedicarmo-nos à realização de um roteiro centrado no Estado português, o que permite uma descrição mais detalhada da documentação e uma produção analítica mais aprofundada dos núcleos temáticos selecionados.

Assim, o tema central desse projeto – O Estado português e a expansão ultramarina – será focado a partir da presença metropolitana na África, Ásia e América, procurando reconstituir a relação entre Portugal e suas colônias (com ênfase no Brasil), em dois módulos:

1) Expansão portuguesa na África, Ásia e América. Essa parte compreende a navegação e as rotas marítimas, o comércio de especiarias e o tráfico de escravos, além do desenvolvimento do conhecimento científico luso.

2) Política, estrangeiros, diplomacia, guerra e pirataria. Aqui abordaremos a política fiscal e tributária para as colônias, a legislação para a mineração e a regulamentação da vida civil e religiosa, os tratados diplomáticos, os conflitos de limites, as guerras e coalizões entre Portugal e outras potências européias, as invasões francesas e holandesas e a presença de piratas e corsários na costa brasileira.

III - Os 500 anos Tratado de Tordesilhas

A comemoração do Tratado de Tordesilhas foi a primeira oportunidade para o Arquivo Nacional promover atividades relativas aos 500 anos dos

descobrimientos portugueses. A exposição que o Arquivo Nacional realizou em junho de 1994 partiu de algumas considerações preliminares sobre o sentido que o tratado teve para o conhecimento do Atlântico e do Novo Mundo.

Estabelecido em função dos novos limites impostos pela descoberta do Novo Mundo, o Tratado de Tordesilhas foi firmado numa época marcada pelo cálculo do tempo, da luz e do espaço e sob o signo da evolução político-diplomática da Europa moderna.

No roteiro das viagens e costas marítimas e da arte de navegar do piloto Manuel Pimentel, a união entre a ciência e a ambição mercantil metropolitana parece clara: “Entre os reis de Portugal foram mais gloriosos os que por meio da navegação descobriram terras incógnitas, porque não somente propagaram a religião, mas estenderam o feudo”.⁹

Dividido em zonas de influência, o Novo Mundo no século XV abriu-se à expansão primeiro dos Reinos de Castela e Aragão, através da aliança matrimonial de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, e depois mais decisivamente pelo reino de Portugal. Não, porém, sem intensas controvérsias quanto ao que caberia aos lusos e aos castelhanos.

Somente em 7 de junho de 1494 essas contendas chegariam a um termo parcial. Antes através do Tratado de Alcáçovas (1479) e posteriormente pelos de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777)¹⁰, ficou demonstrado que os esforços dos reinos de Portugal e de Espanha, além das intervenções do papado, dirigiam-se para o equilíbrio relativamente às disputas pelo Novo Mundo. Em 1494 o serviço consular português chefiado por Rui de Sousa, Aires de Almada e Estêvão Vaz, entre outros, pôde, após muitas discussões, assinar o texto do Tratado de Tordesilhas.¹¹ O problema das esferas de influência ficava juridicamente decidido.

Nas cláusulas principais reconheciam-se como pertencentes a Castela todas as ilhas e terras descobertas para além do meridiano traçado a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, com uma única exceção: esse limite seria encurtado para 250 léguas em função dos descobrimentos que Colombo viesse a fazer durante a sua segunda viagem, iniciada antes da conclusão de Tordesilhas.

O domínio do Atlântico e o périplo africano, assim como a questão dos limites territoriais do Novo Mundo podem ser flagrados na cartografia portuguesa dos séculos XV e XVI, nas correspondências entre autoridades da metrópole (Portugal) e da colônia (Brasil) e nos manuais de navegação e descrições científicas à época dos descobrimentos.

Além dos códices¹² com documentos relativos ao cumprimento dos tratados de Madri e Santo Ildefonso, a correspondência dos vice-reis revelou também um pouco dos aspectos científicos das demarcações de fronteiras entre Portugal e Espanha na América, através do envio de instrumentos matemáticos e astronômicos à colônia, para os matemáticos encarregados das medições.

Devemos mencionar o fato de esses códices conterem muito da discussão e das discordâncias em torno dos tratados e de sua execução, como podemos observar nessa correspondência remetida ao vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza:

"...Não posso contudo deixar de fazer a V.Ex^a. a reflexão que há mais de dois anos que o referido vice-rei do Rio da Prata tem feito uma grande ostentação de querer dar logo princípio às demarcações, como se vê nas muitas cartas que escreveu ao marquês do Lavradio, e que se fazia indispensavelmente necessário para as mencionadas demarcações, começando pelos instrumentos matemáticos, os quais se mandaram encomendar a Londres, depois que os nossos chegaram a este Reino, e que só agora os mandam à corte de Madri ao sobredito vice-rei espanhol na forma que V.Ex^a. em outra carta..."¹³

Rumeu de Armas assinala a importância que assumem os instrumentos de medição e as cartas geográficas para os fins de demarcação das terras do Novo Mundo, quando a precisão dos cálculos servia à diplomacia, como a efetuada em 1682 pela Academia de Paris quando do cálculo da longitude da ilha mais ocidental do arquipélago de Cabo Verde em 19° 31', a oeste do meridiano de Paris.¹⁴

A exposição Tordesilhas e os limites do Novo Mundo partiu então das linhas da expansão ocidental moderna (o Mediterrâneo que se alargou ao Atlântico), sublinhando a relação entre uma cultura científica e o início do processo colonizador na América – a definição das fronteiras entre Portugal e Espanha no continente –, parte do “encontro” fundado no século XVI e da dinâmica de implantação do sistema colonial mercantilista.

Podemos concluir com as considerações de Luís Adão da Fonseca: “Pensar Tordesilhas, situando-o como ponto de partida em ordem às comemorações da descoberta do Brasil, pode e deve conduzir-nos a pensar e a comemorar todo o processo de lenta evolução de um espaço marítimo que, com 10 séculos de história, adquiriu precisamente há 500 anos a sua personalidade própria”.¹⁵

Notas

¹RAYNAL, Guillaume-Thomas. *Revolução da América*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993.

²Vainfas, R. Utopia e alteridade. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 18 (101): 25, julho, 1994.

³Chamamos a atenção para um outro produto, elaborado pela Divisão de Documentação Escrita, com a colaboração das demais Divisões, o *Guia de Fundos do Arquivo Nacional*, que é uma peça de referência fundamental para os trabalhos a serem desenvolvidos.

⁴Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. São Paulo, Hucitec, 1981. p. 17.

⁵Barreto, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento, formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa, Secretaria de Estado de Cultura, 1983.

⁶Novais, F. Op. cit., p. 19.

⁷Para uma melhor compreensão da dinâmica das relações metrópoles-colônias, conferir Novais, F. Op. cit.

⁸Apud Ferreira, M. Ema Tarracha Ferreira. *Literatura dos descobrimientos e da expansão portuguesa*. Lisboa, Ulisséia, 1993. p. 121.

⁹Pimentel, Manoel. *Arte de navegar, em que se ensinam as regras práticas, e os modos de cartear e de graduar a Balestilha por via de números, e muitos problemas úteis a navegação, e roteiro de viagens, e costas marítimas de Guiné, Angola, Brazil, Indias Ocidentaes e Orientaes*. Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1762.

¹⁰Silva, Francisco Carlos T. da. O testamento de Adão. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 18 (101), jul. 1994.

¹¹Para maiores detalhes, conferir Armas, Antonio Rumeu de. *El tratado de Tordesillas*. Madrid, Mapfre, 1992.

¹²Especialmente o códice 67, correspondência entre os vice-reis e a corte: volumes 1, 7, 8, 9, 10 e 11.

¹³Arquivo Nacional. Códice 67, v. 9, fl.23.

¹⁴Armas, A.R. Op. cit., p.255.

¹⁵Fonseca, Luís Adão. Significado do Tratado de Tordesilhas. *Oceanos*, Lisboa, (18): 10, jun. 1994.

MAPA — A MEMÓRIA (ESQUECIDA) DA ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA

Carlos Alfredo Linhares Fabio

Historiador do Setor de Pesquisa do Arquivo Nacional

Maria do Carmo Teixeira Rainho

Chefe do Setor de Pesquisa do Arquivo Nacional, Mestre
em História Social da Cultura, PUC-RJ

Resumo

A base de dados MAPA foi criada no Arquivo Nacional em 1983, com o objetivo de fornecer informação sobre a evolução da estrutura administrativa brasileira de 1808 aos dias atuais. A base MAPA possibilita identificar a dinâmica da evolução dessa estrutura, constituindo-se num centro de informações eficiente e moderno, acessível a intuições e pesquisadores, através de seus terminais. Diante dos sérios problemas técnicos de manutenção e das dificuldades de divulgação, a base MAPA luta para firmar sua importância como um instrumento de compreensão da administração brasileira.

Abstract

The MAPA data base was created at the Arquivo Nacional (the National Archive) in 1983, for the purpose of supplying information on the Brazilian administrative structure evolution within the period comprised between 1808 and the present date. MAPA makes it possible to recognize the dynamics characterizing those structures' evolution, being a modern, efficient information center, accessible to public entities and researchers, through enquiry on terminals. In the face of serious technical maintenance as an instrument for understanding the Brazilian administration.

A posse de um novo presidente da República, em janeiro de 1995, proporcionará com certeza a repetição de um fenômeno já conhecido dos cidadãos brasileiros: a realização de nova reforma administrativa, como sempre justificada pela necessidade de racionalizar e aprimorar a máquina. Qualquer que seja o eleito, ele executará mudanças na administração federal e, com maior ou menor critério, órgãos e ministérios serão criados e extintos. Assim tem ocorrido desde 1808, quando, a partir da instalação da família real